



Internet na periferia: entre o potencial e o uso concreto

Edilson Cazeloto
Cláudia Bredarioli

Resumo: Este artigo dedica-se a criticar os discursos publicitários e parte do pensamento acadêmico que veem na internet uma ferramenta para a ampliação generalizada do potencial humano. A partir de uma clivagem entre uma abordagem meramente técnica e o uso concreto e socialmente determinado da rede, procura-se demonstrar a vigência de condicionantes externas que relativizam ou impedem um uso provido de sentido emancipatório da comunicação informática. Essa demonstração é calcada em estudo empírico realizado entre adolescentes usuários de *lan houses* na periferia de São Paulo, onde a internet surge quase exclusivamente como forma de entretenimento leve e como reforço de laços sociais pré-existentes, em contraposição às utopias de ampliação do conhecimento e construção de “inteligências coletivas” que permeiam o imaginário de exaltação da tecnológica vigente.

Palavras-chave: cibercultura; internet; *lan house*

Abstract: *The internet at the periphery: between potential and concrete use* — This article makes a critique of advertising and academic discourse that see in the internet a tool for the generalized expansion of the human potential. Based on a cleavage between a merely technical approach and the concrete and socially determined use of the net, an attempt is made to demonstrate the existence of external conditioning factors that hinder the emancipatory meaningful use of computer-mediated communication. This demonstration is based on an empirical study of adolescent frequenters of *lan houses* in the periphery of São Paulo, where the internet emerges almost exclusively as a form of light entertainment and as a reinforcement of preexisting social bonds, in contrast to the utopian ideas of knowledge expansion and of the construction of a “collective intelligence” that permeate the exalted imagination about the current technology.

Keywords: ciberculture; internet; *lan house*

Introdução

O crescimento da telemática, em geral, e da internet, em particular, tem suscitado intensos debates sobre o alcance das transformações sociais que estariam sendo produzidas

no interior das sociedades tecnologicamente desenvolvidas, trazendo a reboque, de maneira mais ou menos heterogênea, todas as regiões do mundo. A discussão extrapola as questões tecnológicas porque a cibercultura, mais do que uma referência ao uso de tecnologias digitais, pode ser compreendida como a forma *dominante* de produção e transmissão da cultura humana, ou seja, um conjunto de critérios, técnicas e práticas que se colocam como horizonte não apenas axiológico, mas propriamente *deontológico* para toda a humanidade, de maneira que a não participação em sua lógica passa a ser interpretada como desvio, exclusão ou defecção.¹ A cibercultura, portanto, ultrapassa os limites da informatização do cotidiano para se aproximar da noção antropológica² de cultura: ela é modelo de comportamento, sistema de signos e significados, forma de adaptação ao ambiente.

Se a cibercultura se impõe como “o mundo em que vivemos”, por mais que o computador seja ainda uma realidade distante para a maioria da população mundial, parte desse fenômeno deve ser creditada à sua capacidade de construir um imaginário francamente favorável à sua disseminação. A cibercultura, no discurso tanto midiático quanto acadêmico, tem sido saudada como uma oportunidade ímpar para a emancipação humana, combinando novas formas de democracia, o desenvolvimento cooperativo de uma “inteligência coletiva”, o acesso franqueado à informação e a abertura de oportunidades concretas de inclusão social. Embora pontuada por interpretações críticas esporádicas (muitas delas claramente conservadoras), a tônica dominante tem sido a construção da cibercultura como neoutopia (TRIVINHO, 2007).

Neste viés, ela é a atualização do caráter inerentemente modernizador e desenvolvimentista que é vinculado historicamente à comunicação (MATTELART, 2001, p. 170-194). Desde os anos 1970, o uso intensivo das tecnologias comunicacionais surge no imaginário como um passaporte carimbado para uma sociedade melhor, mais afluente, educada e justa. O potencial transformador positivo, primeiro do rádio e depois da televisão, legitimou seu emprego em larga escala, estimulado não apenas pelos Estados, mas pela sociedade civil organizada. Frustradas as esperanças, principalmente com a entronização da indústria cultural como modelo de funcionamento dos meios de comunicação eletrônicos em massa, a expectativa agora recai sobre a tecnologia do momento: a internet.

A estrutura da rede mundial de computadores justificaria essa esperança renovada. A principal inovação trazida pelo aparato telemático é a *potencial* realização técnica da *isegoria*, ou a igualdade no direito de falar³ (CAZELOTO, 2003). Há uma drástica redução

¹ Daí a construção da ideia de “exclusão digital”, cujo combate tem mobilizado estados e sociedade civil em escala planetária (CAZELOTO, 2008).

² Estamos cientes do quanto o conceito de cultura é, ao mesmo tempo, necessário e problemático para a antropologia (LARAIA, 2006). Essa aproximação é pensada em linhas gerais mais como maneira de marcar a extensão da lógica cibercultural para além dos limites da informática.

³ A igualdade no direito de falar não deve ser compreendida como “igualdade na possibilidade de ser ouvido”. A primeira deriva de uma abstração formal típica da teoria democrática, enquanto a segunda refere-se às condições concretas de circulação dos discursos. Somente do ponto de vista formal uma adolescente que mantém um blog está em condição de isegoria com um grande portal privado como o UOL.

no papel dos mediadores, que ocupavam posições estratégicas de poder, monopolizando o discurso e a agenda social (VAZ, 2004, p. 216-238), enquanto isso, a figura de um “especialista no interesse geral” está sendo gradativamente substituída pela função dos “filtros” (típicos da cibercultura), que são formas de organizar a grande massa de informações disponíveis a partir de critérios fornecidos *pelos usuários*. Não é nada menos que a dissolução da tradicional oposição entre “emissor e receptor”, que marcou o imaginário da comunicação durante o século XX. A internet levaria, assim, à crise (tendencial) da chamada “cultura de massa”, permitindo o vicejar de um outro modelo, baseado na cooperação, na liberdade e na individualidade. O ser humano não seria mais o “objeto” da indústria cultural (na conhecida expressão de Adorno), mas o novo sujeito da “sociedade em rede”: “pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo” (CASTELLS, 2002, p. 69).

Contudo, se olharmos de perto para essa questão, aproximando-a da massa de excluídos digitais brasileiros, surgem evidências da fragilidade desse discurso. E é a partir deste ponto de vista que o presente artigo busca contrapor as discussões acerca das condições de acesso e reais possibilidades de alcance da internet a dados empíricos por nós captados sobre o uso da rede nas *lan houses* da periferia de São Paulo.⁴

O uso concreto e socialmente determinado

O que há em comum entre as “profecias” sobre a tevê e o rádio nos anos 1970 e o discurso neoutópico contemporâneo sobre a internet? Entre outros fatores possíveis, queremos destacar que essas ideias se assentam, primordialmente, sobre o potencial técnico desses meios, abstraindo as condições concretas e socialmente determinadas de seu uso.

É paradigmática a declaração de Lévy (2002, p. 42-44), para quem nenhuma ditadura seria capaz de se sustentar se apenas 25% de sua população tivesse acesso à internet. Em seu raciocínio, é a internet que *determina* a forma política, quando caberia perguntar, primeiro, sob que condições uma população submetida a uma ditadura teria acesso à internet? As constantes intervenções do governo chinês mostram que, embora se assuma que a internet não pode ser “controlada”, um Estado autoritário dispõe de um arsenal considerável para obstruir o acesso “livre” à rede. Da mesma forma, as crescentes pressões pelo controle *comercial* da rede não isentam as nações “democráticas” da participação nessa tendência de “fechamento” das liberdades potenciais que seriam inerentes à internet. O potencial emancipatório implícito na arquitetura em rede se vê, normalmente, constringido e cerceado por determinantes socioeconômicas e padrões culturais que lhe são extrínsecos.

⁴ A pesquisa empírica tomou como base um estudo anterior, realizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, como será detalhado adiante.

Portanto, alegar a capacidade *técnica* de colaboração ou de construção de “coletivos inteligentes” só pode fazer algum sentido em ambientes culturalmente aptos a essa forma de participação. A internet pode, no máximo, colaborar para a construção desses ambientes, mas não é possível descartar o fato de que o uso concreto da rede é igualmente estabelecido por fatores externos, tais como o nível socioeconômico e educacional dos usuários.

Claro que não é possível argumentar que as condições sociais e econômicas determinem pura e simplesmente o que se pode e não se pode fazer com a internet. Mas o “truque” que possibilita em grande parte o discurso (principalmente o midiático) sobre a rede é abstrair *quase totalmente* as condições historicamente determinadas em que o uso se dá.

A cibercultura não é um ambiente homogêneo; pelo contrário, é herdeira de contradições e desigualdades (políticas, econômicas e culturais) que se perdem na noite da história. Ela reescalou, mas não suprimiu as relações de dominação. Assim como a aparente “democratização” que a teve deveria trazer (principalmente pelo recurso da educação à distância), possibilitando aos iletrados o acesso à informação que era negado pela cultura tipográfica da “galáxia de Guttemberg”, que acabou se dissolvendo na superficialidade e no espetáculo das emissoras comerciais, nenhum “potencial técnico” pode livrar a internet do irremediável fato de que ela existe em sociedades concretas e historicamente determinadas.

Se a visão macro, quando despida de uma análise consistente do contexto, autoriza certo otimismo ingênuo (muitas vezes de caráter mercadológico mal disfarçado), uma aproximação empírica de casos particulares não pode ser considerada automaticamente isenta desse viés “positivista”. Eleger indivíduos ou pequenos grupos que, por força de uma inserção particular na cibercultura, tenham conseguido granjear algum tipo de “vantagem” em relação à posição social que ocupavam anteriormente escamoteia o fato de que condições externas se interpõem entre o “caso” e a regra, assim como a relativa mobilidade social do Brasil não justifica a ideia de “oportunidade para todos”.

Mesmo assim, os casos particulares mais comuns associam, sem mediações, a inclusão digital à inclusão social, derivando daí (principalmente) o seu caráter otimista. Seleccionamos aleatoriamente, apenas a título de exemplo, um destes “casos de sucesso”, ocorrido no Programa de Inclusão Digital, Social e Tecnológica do Distrito Federal:

Orlando Soares é morador (sic) Planaltina e está cheio de motivos para comemorar. Um deles é ter concluído 56 cursos de capacitação profissional oferecido pelo DF Digital. O aluno, agora conhecido como “o campeão de cursos” afirma: “acredite, você pode mudar seu destino, basta procurar se aperfeiçoar, para mim, os cursos que fiz no DF Digital mudaram o curso da minha vida profissional”. Outro motivo de alegria para o aluno é o fato de, segundo ele, ter seu currículo recebido com mais entusiasmo por parte das empresas. “Agora sim sou um profissional capacitado para o mercado de trabalho”, conclui. (DFDIGITAL, 2008)

Sem entrar no mérito de que o “ciberincluído” em questão precisou fazer 56 cursos para ter o seu currículo “recebido com mais entusiasmo”, o caso é bastante ilustrativo dessa

forma de análise empírica particularizada: a “empregabilidade” adquirida surge como mérito *pessoal* e, portanto, ao alcance de qualquer outro indivíduo que queira percorrer o mesmo caminho. A cibercultura é interpretada como abertura de oportunidades (antes inexistentes) para aqueles que souberem integrar-se a ela sem reservas.

Os limites da abordagem empírico-particularista são evidentes e perigosamente próximos ao discurso meramente publicitário. Apesar disso, são lugares-comuns nos meios de comunicação de massa e, evidentemente, nas estratégias legitimadoras dos programas de inclusão digital.

Entre o generalismo abstrato da abordagem técnica e o particularismo publicitário dos “casos de sucesso”, um outro modelo interpretativo⁵ das tendências ciberculturais parece fornecer uma opção. Trata-se de uma abordagem que, embora permaneça no campo dos estudos empíricos, não perde de vista o fato de que o acesso a cibercultura se dá sempre em um ambiente historicamente determinado. Estabelecendo relações entre o uso concreto e cotidiano da rede e suas condições “externas”, essa forma de análise corrige eventuais distorções implicadas na generalização de casos particulares.

Destacamos, como exemplo, o estudo de Bredarioli (2008) sobre o uso da internet por parte de jovens da periferia de São Paulo em *lan houses*. O estudo parte de uma contextualização do uso de *lan houses*, cruzando-se dados levantados pela pesquisa *TIC domicílios e usuários*.⁶

Os dados oficiais da TIC

Os números recolhidos pelo governo mostram que as *lan houses* são usadas por 48,1% dos internautas das classes D e E, além de serem o principal meio de acesso a internet para usuários com renda familiar mensal de até mil reais.

A iniciativa privada, que cobra entre um e dois reais por hora de uso, tem se mostrado mais eficiente que os programas de inclusão digital do poder público no que se refere a levar a internet até as periferias: a pesquisa mostra que somente 6,4% dos internautas das classes D e E recorrem aos centros gratuitos. Na classe C, o índice é menor ainda: 4,13%.

Mesmo com a crescente difusão da presença de *lan houses* e telecentros pelas cidades, a maioria (57,2%) afirma que o fato de não ter computador em casa é o principal motivo para deixar de navegar pela rede.

⁵ Excluímos aqui a chamada “crítica teórica” pelo fato de que, até o momento, tratamos apenas da tendência majoritária de uma interpretação “otimista” da cibercultura. Esse otimismo, evidentemente, não é compartilhado por autores afeitos ao viés crítico. Sobre a análise crítica contemporânea veja-se Trivinho (2001) e Rüdiger (2002).

⁶ Pesquisa realizada entre julho e agosto de 2006 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil. A TIC envolveu 10,5 mil entrevistados com dez anos ou mais — numa projeção para população total de 153 milhões de brasileiros —, subdivididos por níveis socioeconômicos de acordo com o Critério Brasil. Do total de entrevistados, 2.924 afirmaram ter acessado à internet nos últimos três meses (em uma projeção proporcional, esse número representaria 42,6 milhões de pessoas em todo o Brasil). Interessante notar a amplitude da população que nunca acessou a internet: mais de 66%.

A pesquisa do Comitê Gestor da Internet no Brasil ainda dá pistas sobre o que fazem os internautas brasileiros quando estão *on-line*. Notamos que o interesse na comunicação (apontado por 78% dos entrevistados) é, sem dúvida, o principal atrativo. Assim, o perfil do usuário no país (jovem e de classes socioeconômicas mais altas), baliza esse comportamento, e, quando olhamos de perto para quais atividades de comunicação são as preferidas em rede, há destaque para o uso, acima da média, dos e-mails⁷ e dos sites de comunidades entre a faixa etária de 16 a 24 anos. Chama atenção também o percentual de entrevistados (68,19%) que mencionou não usar qualquer das habilidades citadas pela pesquisa em relação ao uso da rede — como utilizar mecanismos de busca, criar páginas na web, realizar ligações telefônicas, enviar mensagens em salas de bate-papo, ou usar programas para trocar filmes, músicas etc.

Por trás dos números oficiais: o uso concreto

A partir desses (e de outros) dados levantados na pesquisa TIC, mostrando o papel relevante que as *lan houses* ocupam no cenário da internet brasileira, a autora realizou um levantamento empírico que buscou analisar o comportamento dos jovens da periferia de São Paulo nesses ambientes (BREDARIOLI, 2008).⁸ O resultado aponta para o fato de que uso da internet nesse contexto é restrito quase somente à navegação pelo Orkut.⁹

Dentre o público entrevistado, 89 jovens (64%) conectam-se à rede pelo menos três vezes por semana, seja em casa ou na *lan house*. Destaca-se que, dentre esse público da periferia com acesso diário à internet (55 pessoas), 28 possuem computador em casa, sendo a maioria das classes A e B, e nove usam a rede no trabalho. Os que têm acesso à rede em casa, aliás, concentram-se da seguinte maneira: oito da classe A, 27 da classe B e nove da classe C. Os que acessam na casa de amigos se dividem em: seis da classe A, 23 da classe B, 30 da classe C e dois da classe D. De modo que podemos confirmar a importância social dessa mídia no sentido de reunir as pessoas na periferia, indepen-

⁷ Note-se que, a despeito da existência desses serviços gratuitos, é alta a taxa de pessoas que não possui uma conta de e-mail (37,47%).

⁸ Os dados foram coletados a partir da aplicação de questionários dentro de cinco diferentes *lan houses*, localizadas na periferia da zona oeste de São Paulo, no subdistrito de Raposo Tavares. O total da amostra compreende 139 entrevistas válidas. A definição das classes sociais foi colhida pela aplicação do Critério Brasil no final de todas as entrevistas, que envolveram pessoas das classes A, B, C e D. A partir dos dados, a análise para a pesquisa foi realizada numa comparação entre o comportamento dos mais ricos (entrevistados de classe A e B) e dos mais pobres (C e D). Essa amostra, insuficiente para ser considerada como reflexo estatístico-matemático da realidade, não ambiciona a generalização, mas ilustra o evento específico do que se pretendeu analisar dentro da proposta da pesquisa, visto que apontou pistas de como se dá a apropriação da tecnologia relativamente nova da internet por parte de jovens moradores da periferia de um grande centro urbano.

⁹ O site de relacionamento Orkut, autodenominado “rede social”, é filiado ao Google e surgiu em janeiro de 2004 com o intuito de ajudar seus membros a criar novas amizades, permitindo que todos tenham espaço para publicação de um perfil no site, troquem mensagens entre si e participem de comunidades de discussão cujos temas são criados pelos próprios internautas. O Orkut tem mais de 20 milhões de usuários, na maioria, brasileiros.

dentemente do nível socioeconômico, ainda que os jovens que não têm computador em casa frequentem mais a casa de amigos com acesso à internet.

A navegação é restrita; a interatividade limita-se à comunicação com colegas e, dos 121 (87%) que disseram realizar operações pela internet, 102 apontaram que fazem *download/upload* de arquivos e 94 realizam ocasionalmente algum tipo de busca. Somente cinco afirmaram realizar operações bancárias pela rede. Assim, 110 disseram que a primeira coisa que veem quando acessam a internet é o Orkut, dez afirmaram ser o *e-mail* e quatro, o YouTube.

Até mesmo o quase unânime Orkut também parecer subaproveitado, visto que os internautas não demonstram interesse em navegar pelas comunidades, discutir temas ou postar suas opiniões a respeito de qualquer assunto. A intenção é exclusivamente a de “falar” com os amigos, seja on-line, seja deixando recados nas páginas pessoais dos colegas ou paqueras, seja lendo os perfis publicados por cada um.

O item que obteve a maior quantidade de citações entre os sites preferidos foi o de música. Dentre os entrevistados, 106 citaram navegar também por sites de música quando estão na rede. Destes, dez das classes A e B e 17 das classes C e D colocaram esse tipo de site como seu preferido.

Uma questão que chamou a atenção, contudo, foi o fato de que eles não saem muito das opções iniciais que adotam ao começarem a navegar pela rede. Quando perguntados sobre os três sites que mais acessam, as respostas foram: 122 citações para o Orkut, 34 para o YouTube e 22 para o Google. Com destaque para o fato de grande parte dos entrevistados ter citado apenas o Orkut.

Além disso, nas 139 entrevistas não há sequer uma citação de *blog*. Raríssimos casos de entrevistados que se interessam por notícias apontam o Terra, o UOL e o site do jornal esportivo *Lance* como seus locais preferidos de navegação na rede. Fora estes, são citados apenas os sites de times de futebol, como os do Corinthians e do São Paulo, ou de jogos on-line, como Clickjogos e Fliperama.

Essas escolhas ainda ajudam a confirmar o porquê de os entrevistados preferirem acessar a internet em *lan houses* aos telecentros. Do total de entrevistados, 36 afirmaram frequentar também os centros públicos de acesso, e, destes, quatro pessoas disseram preferir os (por serem de graça), ante 28 que gostam mais das *lan houses*, “porque a conexão é mais rápida”, “por poderem ficar quanto tempo quiserem”, “por ser mais sossegado”, pelo fato de “não haver controle de acesso (principalmente o Orkut bloqueado)”, “por ser perto de casa”, ou “pela disponibilidade de uma *webcam*”.

Vemos que uma explicação para esse “comportamento-padrão” pode estar na escola, que não nos parece incentivar o uso crítico da tecnologia. Apenas 39 alunos (do total de 112 estudantes) disseram que o uso do computador completa de alguma maneira o conteúdo da aula. Eles declaram que alguns professores conversam com os alunos pelo Orkut e pelo MSN, outros perguntam sobre o que eles pesquisam na internet, uns sugerem sites e pouquíssimos utilizam a rede durante as aulas.

Nem mesmo como meio publicitário a internet se mostra eficaz para esses jovens. Dentre os entrevistados, 107 disseram confiar mais nas propagandas que veem na tevê, doze confiam mais nas da internet e treze em nenhuma das duas. Interessante destacar algumas justificativas em defesa da tevê: “porque você vê a pessoa falando”; “porque as coisas parecem mais reais”; “porque o anunciante tem contrato com a emissora”; “porque tem maior transmissão”; “porque chama mais sua atenção”; “porque é mais pessoal”. Porém, mais do que expor a razão pela qual confiar na tevê, a maioria dos entrevistados preferiu reforçar o porquê de não confiar na internet: “tem muita falcatrua”; “no outro dia o site pode não estar lá”; “é enganosa”; “não tem como se defender se algo estiver errado”; “qualquer um pode mentir na internet”; “muitas coisas não são seguras na internet”. E é o próprio Pierre Lévy quem nos ajuda a compreender esses questionamentos:

Os temores a respeito da verdade das informações disponíveis na internet são legítimos. Eles concernem em particular aos documentos não assinados ou que não podem ser atribuídos a uma instituição que ponha sua credibilidade em jogo nas informações que coloca à disposição do público. É preciso dizer, contudo, que a verdade resulta de um processo coletivo de busca e de produção que, quanto mais livre e múltipla é a palavra, mais eficaz é. (LÉVY apud MORAES, 2003, p. 372)

A partir da pesquisa percebemos que, mais do que uma mídia para acesso irrestrito à informação — conforme muitas vezes é vista sob o olhar de quem a produz —, a internet tem se configurado em ponto de encontro na periferia de São Paulo a partir dos locais públicos de acesso.

A *lan house* da Cohab Educandário, dentre os bairros observados pela pesquisa o de menor nível socioeconômico, é sempre a mais cheia de gente e a menos rodeada por bares, padarias ou qualquer estabelecimento comercial. Mas acaba atraindo também jovens que saem dos bairros vizinhos para participar de verdadeiras “festas” que têm início ao entardecer e perduram até o fechamento do estabelecimento, por volta das 23 horas. Eles ficam na internet “conversando” pelo Orkut com o colega que está sentado diante de um computador duas baias à sua direita. Enquanto circulam pelo local minúsculo à espera de um assento, penduram seus celulares no pescoço com música tocando em alto volume e, acima de tudo, encontram os amigos. Tanto que 110 entrevistados afirmaram que seus amigos costumam frequentar a mesma *lan house* que eles. Podemos dizer que este seja um reflexo, em última instância, do efeito local trazido pela tecnologia global aos seres humanos que, afinal, só sabem viver em comunidade, conforme lembra Dowbor (2001, p. 25):

Com o breve e recente intervalo gerado pelas transformações capitalistas, em que se gerou a sociedade desarticulada ou atomizada, o ser humano sempre viveu em comunidades. Como bem levanta Renato Ortiz, acostumámo-nos a considerar como positivo tudo o que vai do pequeno para o grande: o clan, a tribo, a aldeia são coisas do passado, a modernidade trouxe a nação, o futuro aponta para o espaço global, a sociedade

anônima de bilhões de habitantes da espaço-ave terra. [...] O indivíduo encontra-se, neste processo caótico mas poderoso de reordenamento dos espaços, desorientado. As novas tecnologias e a conectividade eletrônica abrem novos canais de articulação social em torno dos espaços do conhecimento compartilhado. Por outro lado, assistimos à dramática marginalização de dois terços da humanidade, no que tem sido chamado de modernização desigual.

Entre o potencial e o uso

O que nos surpreende, contudo, é a probabilidade de essa ampliação da articulação social aberta pela conectividade nunca vir a se concretizar nesses espaços aparentemente ideais. Em vez de ampliar as redes de relacionamento, as *lan houses* tendem a reforçar a convivência local, entre indivíduos que já partilham o mesmo cenário social. Daí a possibilidade de compararmos (metaforicamente) a *lan house* de hoje aos coretos de praça de algumas décadas atrás. Especialmente para quem mora na periferia das grandes cidades, esse espaço faz, em parte, o papel de *ponto de encontro*. Abre espaço para reforçar a relação dos grupos, conforme afirma Borelli (2005), a partir de um estudo dos espaços “habitados” por jovens na capital paulista. É nesses espaços que os jovens buscam consolidar suas articulações de sociabilidade extrainstitucionais.

Segundo a autora, esses locais funcionam como palcos nos quais eles podem exibir de modo mais ostensivo e espontâneo os símbolos visuais, expressões verbais, práticas corporais e “hábitos de consumo — inclusive ilícitos, como uso de maconha e ingestão de álcool por menores de idade — que tanto afirmam simbolicamente como realizam na prática sua participação em agrupamentos culturais particulares”. Desse modo, na pesquisa realizada em campo por Borelli (2005) e sua equipe, percebeu-se que a forte presença de tribos nos espaços observados pôde levar à consolidação de lugares monotemáticos, arenas identitárias coesas e menos abertas à incorporação de membros estranhos. Dentre os espaços observados, destaca-se a *lan house* como exemplar mais significativo dessa realidade, “que impressiona quanto à fidelização de sua clientela” (BORELLI, 2005).

Queremos frisar que, embora a tecnologia disponível nas *lan houses* permita uma expansão de contatos, uma ampliação de interesses e um aprofundamento de conhecimentos, o uso concreto dessas tecnologias por parte dos adolescentes da periferia se dá em um ambiente que reforça o fechamento do indivíduo em sua comunidade.

Assim, esse mapa de consumo cultural composto pelos usuários de *lan house* na periferia talvez aponte para uma evidência do que a expansão desses estabelecimentos tem criado: *uma massa de internautas funcionais*¹⁰ — com acesso à tecnologia, mas sem capital pessoal que lhes

¹⁰ Em referência aos analfabetos funcionais — termo adotado pela Unesco para definir um nível de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever, mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas (MENEZES; SANTOS, 2002).

permita o uso de todo o potencial tecnológico disponível. Mais do que isso, esses adolescentes não têm a perspectiva de que outros agentes sociais, como a escola e a família, promovam as condições para que eles se apropriem da tecnologia para protagonizar novos conhecimentos. O amplamente alardeado “potencial educacional e humano” da internet esvai-se na ausência de um suporte social mais amplo, e a “sociedade do conhecimento” reitera apenas sua face de espetáculo midiático, repetindo as mazelas da televisão e do rádio.

A tecnologia, sem esse suporte social, indica ter uma grande probabilidade de ampliar o fosso entre os grupos sociais, mais do que contribuir com sua aproximação. Segundo Moraes (2006, p. 44): “a celeridade das inovações, portanto, não desfaz desníveis sociais e barreiras econômicas. Persistem privilégios no ecossistema digital”. Ou ainda, conforme autor pontua, a partir de García Canclini, “o predomínio das redes sobre as estruturas localizadas deixa invisíveis formas anteriores de mercantilização e exploração — que não desapareceram — e engendra outras” (MORAES, 2006, p. 44).

Esses novos espaços (como as *lan houses*) transformam as práticas cotidianas e a percepção sensorial dos jovens, mas tais mudanças estão mais próximas de atividades que preenchem uma necessidade criada pelo próprio surgimento da tecnologia. Evidentemente há um papel social nisso. Como os próprios pais, dentro do senso comum, pontuam: “é melhor que eles estejam na *lan house* do que na rua”. Sem dúvida, na periferia, esses espaços têm se constituído em opções de lazer que, talvez, pudessem ser substituídas por cinemas, parques, teatros ou circos caso houvesse diversidade de ofertas e opções nos bairros distantes do centro. E, enquanto *locus* de sociabilidade, permitem retomar a troca de olhares, cheiros, conversas e paixões. Retomando Sherry Turkle (1995), é especialmente o fato de as pessoas saberem que encontrarão na internet (e podemos dizer que também na *lan house*) um interlocutor que as move em direção a esse espaço.

Assim, o processo de proliferação das *lan houses* pelas periferias — que tanto tem sido aclamado pela mídia e por boa parte dos formadores de opinião envolvidos com a questão da inclusão digital — mostra ter mais a contribuir para a própria exclusão, reforçando o distanciamento geográfico que já interfere na construção de mundo dos jovens que moram nas periferias (mesmo que eles tenham uma boa condição socioeconômica, como evidenciou nossa amostra de entrevistados).

Conclusão

A análise do uso concreto da internet, e não de seu “potencial”, revela o quanto o contexto sociocultural e econômico continua sendo determinante. Vemos que as *lan houses*, enquanto agentes socializadores globais, cumprem em grande parte a função de manter o distanciamento, dando a impressão de inserção enquanto mantém as pessoas em seus “guetos”, geograficamente longe do centro da cidade e circunscritas por um cotidiano que — se não for por meio do trabalho, em alguns casos — pouco permite aos jovens terem acesso a fluxos e informações diferentes dos pautados pela mídia. De modo que o aspecto local desses

espaços — onde de fato estaria a proporção “libertadora” do uso dessas novas tecnologias —, acaba subjugado ao global. É essa sobreposição do global em relação ao local que reforça o fosso do distanciamento entre os internautas funcionais e os sujeitos que navegam pela internet aptos a fazerem dela um meio alternativo de atuação, se apropriando da tecnologia em busca de novas brechas (MARTÍN-BARBERO, 2003). Reforça-se a ideia de que as possibilidades de usar os computadores de maneira pobre são consideravelmente maiores do que as chances de aproveitá-los bem (TURKLE, 1995), e não apenas se olharmos para esse cenário a partir da condição brasileira de país periférico. Uma comparável obsessão pela “mesmice” foi diagnosticada entre jovens norte-americanos por Bauerlein (2008),¹¹ ao demonstrar que a maior parcela dos estudantes daquele país não utiliza a rede como forma de ampliação do conhecimento, mas apenas como um interminável bate-papo entre iguais sobre assuntos da mídia, da moda e do cotidiano. Mesmo nos Estados Unidos, o uso concreto que os adolescentes fazem da rede fora do contexto escolar resume-se aos sites de relacionamento semelhantes ao Orkut.

Guardada a distância econômica, o uso concreto da internet nos dois hemisférios aponta para a hipótese de um fechamento do indivíduo em comunidades de interesse compartilhado, agravado, no Brasil, pela indigência do sistema educacional.

Referências

BAUERLEIN, Mark (2008). *The dumbest generation: how the digital age stupefies young Americans and jeopardizes our future*. New York: Jeremy P. Tarcher/Penguin.

BORELLI, Silvia Helena Simões (2005). Culturas juvenis: metrópole, mídias e culturas urbanas. In: INTERCOM – CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, n. 28, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom. Disponível em: <<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/handle/1904/18433>>. Acesso em: 11 jan. 2008.

BREDARIOLI, Cláudia Maria Moraes (2008). *Comunicação em rede, novos agentes socializadores e recepção/práticas culturais: o consumo de internet em lan-houses na periferia de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo)—ESPM, São Paulo.

CASTELLS, Manuel (2002). *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Trad. Roseide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra. v. 2.

CAZELOTO, Edilson (2003). *A ideia de democracia nas políticas de disseminação da internet: uma análise do “Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil”*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica)—Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. (2008). *Inclusão digital: uma visão crítica*. São Paulo: Senac.

DFDIGITAL (2008). Programa de inclusão digital, social e tecnológica do Distrito Federal. Casos de sucesso: Orlando Soares – Planaltina. Disponível em: <<http://www.dfdigitaltelecentros.com.br>>. Acesso em: 26 jun. 2008.

¹¹ A posição extremamente conservadora e, por vezes, claramente preconceituosa contra a juventude apresentada por Bauerlein não invalida seu trabalho de compilação de pesquisas empíricas, ainda que seja possível discordar do viés dado a suas conclusões.

DOWBOR, Ladislau (2001). *A reprodução social: tecnologia, globalização e governabilidade*. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

LARAIA, Roque de Barros (2006). *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LÉVY, Pierre (2002). *Ciberdemocratie: essai de philosophie politique*. Paris: Éditions Odile Jacob.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (2003). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ.

MATTELART, Armand (2001). *Comunicação-mundo: história das ideias e das estratégias*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos (2002). Analfabetismo funcional (verbete). *Dicionário interativo da educação brasileira* – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>>. Acesso em: 12 jan. 2008.

MORAES, Dênis de (Org.) (2003). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record.

_____ (2006). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad.

RÜDIGER, Francisco (2002). *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação: trajetória e elementos de epistemologia*. São Leopoldo: Unisinos.

TRIVINHO, Eugênio (2001). *O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual*. Rio de Janeiro: Quartet.

_____ (2007). *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus.

TURKLE, Sherry (1995). *Life on the screen: identity in the age of the internet*. New York: Simon & Schuster.

VAZ, Paulo (2004). Mediação e tecnologia. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Org.). *A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

EDILSON CAZELOTO é doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e professor e pesquisador do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP).

edcazeloto@unip.br

CLAUDIA BREDARIOLI é mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM-SP e professora do Centro de Comunicações e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie no curso de Comunicação Social — habilitação em jornalismo.

cbredarioli@yahoo.com.br

*Artigo recebido em agosto de 2008
e aprovado em outubro de 2008.*